

Edital 118/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
118/2025	92501-ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE BOTUCATU	SILVANA CRISTINA FOGACA MARTINS	11/04/2025 10:10 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		143.00005084/2025-64

1. EDITAL PE 90118.2025

PREGÃO ELETRÔNICO: 90118/2025

CONTRATANTE: HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB

UASG: 092501

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS LABORATORIAIS (INDICADOR ÁCIDO BÁSICO, ETC)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 46.131,41

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 30/04/2025 - 09:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA(EXCLUSIVIDADE) ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

EDITAL

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90118/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 143.00005084/2025-64

Torna-se público que o(a) Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB, por meio do(a) Núcleo de Licitações, sediado(a) Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/nº - Rubião Júnior, Botucatu/SP, CEP 18.618-687, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE INSUMOS LABORATORIAIS (INDICADOR ÁCIDO BÁSICO, ETC) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no

art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens/grupos (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46) a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2. e 3.6.3., equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido

estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.4.1 ou no subitem 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3.1. Os valores propostos deverão ser grafados em moeda corrente nacional, preços unitários e totais, por item, em algarismos, com descrição detalhada dos materiais ofertados, marca, procedência, modelo e/ou referência, dados técnicos e quando aplicável, o número do Registro no Ministério da Saúde. Considerando-se, também, nos valores propostos a isenção do ICMS prevista no art. 55, do Anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, conforme disposto no Decreto Estadual de n. 48.034/03, ou seja, sem a carga tributária do ICMS apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% sobre o valor unitário do item**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nos dois subitens anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme

previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.1 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico <https://sei.sp.gov.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): E-mail: silvana.martins@unesp.br; d.bassetto@unesp.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro

Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

14.2.1.5.3. caso seja definido no item 1 deste Edital que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://hcfmb.unesp.br/>

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I – Cópia da Portaria SHCFMB Nº 83/2024, de 02 de abril de 2024.

14.15.2. ANEXO II - Termo de Referência;

14.15.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar;

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KAREN ALINE BATISTA DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/04/2025 às 10:10:42.

ANEXO I

CÓPIA DA PORTARIA SHCFMB Nº 83/2024, de 02 de abril de 2024.

Regulamenta os processos sancionatórios no âmbito do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB e dá providências correlatas.

O SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto nesta portaria.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com este HCFMB, que incidir nas infrações previstas no art. 155 da LLCA, ficará sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com este HCFMB, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao HCFMB.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para o HCFMB;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

Superintendência do Hospital das Clínicas

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São circunstâncias agravantes da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

CAPÍTULO II

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Seção I – Da Advertência

Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano ao HCFMB.

Seção II – Da Multa

Artigo 5º - A multa, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

Parágrafo único – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

Artigo 7º - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção

Superintendência do Hospital das Clínicas

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta portaria.

Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo e demais entes federativos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O HCFMB poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 03 (três) UFESPs, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Artigo 11 - Os bens não aceitos a as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pelo HCFMB, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato/empenho ou de acordo com o edital se o prazo for menor.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta portaria, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de São Paulo será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos adiante especificados do caput do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

I – por 3 (três) meses: inciso IV;

II – por 1 (um) ano: incisos II;e de V a VII

III – por 2 (dois) anos: inciso III.

Parágrafo único - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da LLCA, bem como, se justificarem a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o contratado ou licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o caput deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6

Superintendência do Hospital das Clínicas

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

(seis) anos.

§ 2º - Para os fins do inciso X do caput do artigo 155 da LLCA, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Artigo 14 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, ao Núcleo de Sanções do HCFMB, que após análise remeterá às autoridades competentes, formalmente designadas, observados os limites das competências que lhes forem delegadas, ou ao Superintendente do HCFMB se for o caso, informando as sanções possíveis de serem aplicadas para o feito em análise.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, somente nos casos tipificados nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 15 - Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, uma vez instaurado o processo sancionatório, o licitante e ou contratado serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo às autoridades competentes, formalmente designadas, observados os limites das competências que lhes foram delegadas, decidir sobre o sancionamento.

Parágrafo único - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Superintendente do HCFMB, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, ao Superintendente do HCFMB para fins de avaliação do seu processamento e análise jurídica se for o caso.

Artigo 17 - A competência para a sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 2º desta

Superintendência do Hospital das Clínicas

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

Portaria, é exclusiva do Superintendente do HCFMB mediante proposta da Comissão Processante e precedida de análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

Artigo 18 - Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do artigo 2º desta Portaria, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis contado da data da intimação.

Parágrafo único - O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Superintendente do HCFMB, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis contado do recebimento dos autos.

Artigo 19 - Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput desta Portaria caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado de seu recebimento.

Artigo 20 - A imposição das sanções previstas na presente portaria não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado a este HCFMB.

Artigo 21 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 22 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o caput deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados neste HCFMB, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 23 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 24 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Artigo 25 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 26 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos,

Superintendência do Hospital das Clínicas

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 27 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Superintendente do HCFMB poderá determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Artigo 28 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta portaria o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 29 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas na Relação de Apenados, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 30 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 31 - A presente portaria deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Artigo 32 - Os casos omissos serão solucionados pelo Superintendente do HCFMB, quando for o caso.

Artigo 33 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Superintendência do Hospital das Clínicas

Av. Prof. Mário Rubens Guimarães Montenegro, s/n | Unesp Campus de Botucatu
CEP: 18.618-687 | Botucatu | São Paulo | Brasil
Tel. (14) 3811-6215 | 3811-6218 | 3811-6100
www.hcfmb.unesp.br | superintendencia.hcfmb@unesp.br
Núcleo de Compras | Tel. (14)3811-6086 | pregao.hcfmb@unesp.br

Termo de Referência 91/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
91/2025	92501-ESP-HOSPITAL DAS CLINICAS DE BOTUCATU	CEZAR REIS DA SILVA	03/04/2025 09:48 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	35/2025	143.00005084/2025-64

1. Condições Gerais da Contratação

1.1. Aquisição de materiais de uso laboratorial (REAGENTES E QUÍMICOS PARA MEIO DE CULTURA) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Qtde
1	INSUMOS LABORATORIAIS; SUPLEMENTO SELETIVO CAMPYLOBACTER SEGUNDO SKIRROW; COMPOSICAO APROXIMADA POR FRASCO: VANCOMICINA 5 MG; TRIMETROPIN 2.5 MG E POLIMIXINA 1250 UI; UM FRASCO SUFICIENTE PARA PREPARAR 500 ML DE MEIO DE CULTURA; ARMAZENAGEM ENTRE2 E 8 GRAUS C; PRODUTO LIOFILIZADO E ESTERIL; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE; ACONDICIONADO EM FRASCO REFORCADO E APROPRIADO PARA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO COM NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO; VALIDADE FORMULA E PROCEDENCIA.	MV - 28761 SIAF - 5753635 CGOV - 343218	UNIDADE	2
2	INDICADOR ÁCIDO/ BÁSICO, VERMELHO DE FENOL; PÓ VERMELHO ESCURO, SOLUBILIDADE EM ÁGUA, SOLUÇÃO LÍMPIDA AMARELA INDICA (ÁCIDO) E VERMELHO (BÁSICO); EXTINÇÃO ESPECÍFICA PARA PH 6, LEITURA EM 430 -435 NM E 560 - 620 NM; APRESENTAÇÃO FRASCO DE 100G - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA.	MV - 14758 SIAF - 5647126 CGOV - 366686	GRAMA	100
3	ACETONA; CATEGORIA P.A. ACS; COM DOSEAMENTO MÍNIMO 99,5%; LÍQUIDO, LÍMPIDO, INCOLOR, ODOR PRÓPRIO; TEOR DE	MV - 14835 SIAF - 3275965	LITRO	4

	METANOL MAX. 0,05%, ÁGUA MAX. 0,5%, RESIDUO APOS EVAPORACAO MAX. 0,001%, ISOPROPANOL MAX. 0,05%; TEOR DE ACIDEZ MAX. 0,0003 MEQ/G, SOLUBILIDADE EM ÁGUA, PASSA O TESTE, COR (APHA) MAX. 10; TEOR DE ALCALINIDADE MAX. 0,0006 MEQ/G, ALDEÍDO (COMO HCHO)MAX. 0,002%, SBST. QUE REDUZEM KMNO4 PASSA O TESTE; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO E REFORÇADO PARA O PRODUTO; RÓTULO COM NOME DO PRODUTO, FÓRMULA, PESO MOLECULAR, VALIDADE, NR. LOTE, PROCEDÊNCIA E COND. DE ARMAZENAMENTO. APRESENTAÇÃO EM FRASCO DE 1 LITRO.	CGOV - 380786		
4	AGAR INFUSÃO CÉREBRO CORAÇÃO; MEIO PARA USO EM ENRIQUECIMENTO E MANUTENCAO DE MICROORGANISMOS FATIDIOSOS E NAO FASTIDIOSOS; MEIO DESIDRATADO; COM A COMPOSIÇÃO APROXIMADA DE DE: INFUSÃO DE CÉREBRO 200 G/L; INFUSÃO DE CORAÇÃO 250 G/L; PROTEOSE PEPTONA 10 G/L; DEXTROSE 2 G/L; CLORETO DE SODIO 5G/L, FOSFATO DIBASICO DE SODIO 2,5G/L, AGAR BACTERIOLOGICO ENTRE 10,0 A 15 G/L; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,4+/-02; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDÊNCIA.	MV - 14878 SIAF - 2586835 CGOV - 326281	GRAMA	500
5	AGAR SABOURAUD DEXTROSADO; MEIO PARA USO EM CULTIVO E ISOLAMENTO DE FUNGOS; COMPOSTO APROXIMADAMENTE DE: PEPTONA DE CASEINA 5 G/L; COM PEPTONA DE CARNE 5 G/L; DEXTROSE 40 G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 10 A 15 G/L; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 5,6+/-0,2; MEIO DESIDRATADO; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, COMPOSIÇÃO E PROCEDÊNCIA.	MV - 14881 SIAF - 2367378 CGOV - 326298	GRAMA	3000
6	MEIO DE CULTURA; AGAR BACTERIOLOGICO; PARA PREPARAÇÃO; AGENTE GELIFICANTE; COMPOSTO APROXIMADAMENTE DE: CALCIO 0.15%; MAGNESIO 0.04%; CONCENTRAÇÃO DE USO FINAL DE 1 A 2%; PONTO DE GELIFICAÇÃO 35 GRAUS CELSIUS; PRODUTO DESIDRATADO; CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/DATA DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDÊNCIA. APRESENTACAO EM FRASCO COM 500G.	MV - 15460 SIAF - 5384877 CGOV - 387015	FRASCO 500 GRAMAS	1
7	EXTRATO DE LEVEDURA; SUPLEMENTO PARA ENRIQUECIMENTO DE MEIOS DE CULTURA; PO FINO, SOLUÇÃO LÍMPIDA, SOLUBILIDADE TOTAL EM ÁGUA; CALCIO TOTAL 357PPM, CALCIO LIVRE 58PPM, MAGNESIO 315 PPM, FERRO 52PPM, COBRE 2PPM;	MV - 15461 SIAF - 1700855	GRAMA	500

	CHUMBO 0,7 PPM, MANGANES 1,3PPM, ESTANHO 3PPM, ZINCO 94 PPM, COBALTO 3,1PPM; APRESENTAÇÃO FRASCO DE 500G - DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA.	CGOV - 329579		
8	CLORETO DE SODIO; CATEGORIA P.A.; CRISTALIZADO; COM TEOR DE NO MÍNIMO 99%; PH DA SOLUÇÃO A 5% ENTRE 5 E 9; COM TEOR DE MAXIMO DE 0,005% DE COMPONENTES INSOLÚVEIS; DE ACORDO COM FARMACOPEIA; ACONDICIONADO EM FRASCOS; ROTULO COM NUMERO DO LOTE, COMPOSIÇÃO E DATA DE FABRICAÇÃO.	MV - 15464 SIAF - 323144 CGOV - 429086	GRAMA	500
9	FRASCOS INDIVIDUAIS CONTENDO MEIO E TIRAS IMPREGNADAS; FINALIDADE: PARA MONITORAÇÃO DE PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO A 121° E/OU A 132° A 143° CELSIUS;TEMPO: COM TEMPO MAXIMO DE RESPOSTA EM 7 DIAS; APRESENTACAO: EM CAIXA COM AMPOLAS DE 2 ML; COMPOSIÇÃO: CONTENDO MEIO PROPRIO PARA O CULTIVO DE MICROORGANISMOS;PARÂMETRO ADICIONAL: DE G. STEAROTHERMOPHILUS;APRESENTACAO II: APRESENTACAO EM FRASCO-AMPOLA;COMPOSIÇÃO I: ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E REFORÇADA QU GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO;CONJUNTO: TIRA IMPREGNADA E AMPOLA CONTIDOS EM FRASCO ADEQUADO;CONJUNTO I: AMPOLAS DE MEIO DE CULTURA PARA AVALIACAO DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO;PARÂMETRO ADICIONAL I: COM MEIO QUE ALTERA SUA COR SOB A ESTERILIZAÇÃO;CERTIFICADO: COM REGISTRO NA ANVISA;VALIDADE: COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA;ACONDICIONAMENTO: ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO;ROTULAGEM: ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, COMPOSIÇÃO E PROCEDÊNCIA.	MV - 15924 SIAF - 3802477 CGOV - 332349	UNIDADE	500
10	MEIO DE CULTURA; PARA CHROMAGAR CANDIDA; ENSAIO MEIO CROMOGÊNICO PARA O ISOLAMENTO E DIFERENCIAÇÃO DA MAIORIA DAS ESPÉCIES DE CANDIDA SPP; COM AGAR 15G; PEPTONA 10,2G; MISTURA CROMOGÊNICA 22G; CLORAFENICOL 0,5 G; MEIO EM PÓ; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 6,1.; DE ACORDO COM AS NORMAS TECNICAS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO PARA O MEIO; ROTULO COM PRAZO DE VALIDADE, CONCENTRAÇÃO NO ROTULO, Nº DE LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	MV - 16538 SIAF - 2074060 CGOV - 331039	GRAMA	500
11	AGAR BILE ESCULINA AZIDA, MEIO PARA USO EM DETECÇÃO DE ENTEROCOCOS, MEIO DESIDRATADO, COM DIGERIDO PANCREÁTICO DE CASEINA 17.0 G/L; AZIDA SODICA 0.25 G/L; DIGERIDO PÉPTICO ANIMAL 3.0 G/L, EXTRATO DE LEVEDURA 5,0,	MV - 17327 SIAF - 6108458	GRAMA	2000

	BILE DE BOI 10,0 G/L, CLORETO DE SODIO 5,0 G/L, ESCULINA 1,0 G/L, CITRATO FERRICO AMONIAL 0.5 G/L; CITRATO DE SODIO 1.0 G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 13.5 G/L, MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7.1 +/- 0.2, DE ACORDO COM AS NORMAS ACS E CLSI, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR. DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE; COMPOSIÇÃO E PROCEDÊNCIA.	CGOV - 362668		
12	CALDO INFUSÃO CÉREBRO CORAÇÃO; MEIO PARA USO EM CULTURA DE MICRORGANISMOS; DESIDRATADO; COM INFUSO DE CÉREBRO E CORAÇÃO 17,5G/L; PEPTONA PANCREÁTICA DE CASEINA 5G/L; PEPTONA PÉPTICA DE CARNE 5G/L, CLORETO DE SODIO 5G/L; D (+) GLICOSE 2G/L, CLORETO DE SODIO 5G/L; FOSFATO DE SODIO DIBASICO 2,5G/L; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,4+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G ;CONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDÊNCIA.	MV - 17890 SIAF - 717142 CGOV - 326882	GRAMA	2000
13	FOSFATO DE SODIO; MONOBÁSICO PA ACS; MONOHIDRATADO; COMPOSTOS(N) MÁX 0.001%,SO4 MÁX.0.003%,CA MAX.0.005%, MP (PB)MÁX. 0.001%,FE MÁX.0.001%,PH5% 4.1-4.5; MÍNIMO 98%; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR DE LOTE,DATA DE VALIDADE/FABRICAÇÃO E PROCEDÊNCIA; DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	MV - 18026 SIAF - 2179865 CGOV - 445338	GRAMA	500
14	AGAR ENTÉRICO HEKTOEN; MEIO P USO EM ISOLAMENTO E DIFERENCIAÇÃO DE ENTEROBACTERIAS; DESIDRATADO; COM AZUL DE BROMOTIMOL ENTRE 0,05 A 0,065G/L, CITRATO FÉRRICO AMONIAL 1,5G/L; CLORETO DE SODIO 5G/L, EXTRATO DE LEVEDURA 3G/L, FUCSINA ÁCIDA ENTRE 0,08 A 0,1G/L; PEPTONA DE CARNE 12 A 15G/L, LACTOSE ENTRE 12 A 14G/L,SACAROSE 12 A 14G/L; SALICINA 2G/L, TIOSSULFATO DE SODIO 5G/L, SAIS BILIARES ENTRE 2 A 9G/L; AGAR BACTERIOLOGICO ENTRE 10 A 15 G/L; MEIO C SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,5+/-0,2; DE ACORDO C A NORMA ACS, NCCLS; ACOND EM EMBALAGEM REF E APROP P O PROD; ROT COM NR. DE LOTE, DATA DE FAB/VAL, FÓRMULA PROCEDÊNCIA.(FRASCO C/ 500 G).	MV - 18027 SIAF - 1739794 CGOV - 326276	GRAMA	3000
15	AGAR SALMONELLA SHIGUELLA; MEIO PARA USO EM ISOLAMENTO DE SALMONELLA E DE ALGUMAS ESPÉCIES DE SHIGELLA DE AMOSTRAS CLINICAS E DE ALIMENTOS; (AGAR MODIFICADO); MEIO SELETIVO DIFERENCIAL; DESIDRATADO; COM EXTRATO DE CARNE 5G/L, PEPTONA DE CARNE 2,5/L, PEPTONA DE CASEINA 2,5 G/L; SAIS BILIARES 5,5G/L; CITRATO DE SODIO 10 G/L, TIOSSULFATO DE SODIO 8,5G/L; LACTOSE 10G/L, CITRATO FERRICO 1G/L, VERDE BRILHANTE 0,00033G/L; VERMELHO	MV - 18084 SIAF - 5382998 CGOV - 326277	GRAMA	2000

	NEUTRO 0,025G/L, AGAR 12 G/L; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,3; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA.			
16	DIMETILSULFÓXIDO; CATEGORIA (DMSO) P. A., FW: 78.13, (CH ₃) ₂ SO; COM TEOR MÍNIMO DE 99,9%; REAGENTE LIVRE DE DNASES E RNASES; ACONDICIONADO EM FRASCO REFORÇADO E APROPRIADO PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA. FRASCO DE 1 LITRO.	MV - 18264 SIAF - 2571650 CGOV - 352803	LITRO	1
17	REAGENTES QUÍMICOS; ÁCIDO FENILBORÔNICO; PARA ANÁLISE; PUREZA DE 95%; PESO MOLECULAR: 121.93; CAS NUMBER: 98-80-6; ACOMPANHA FISPQ; ACONDICIONADO EM FRASCO REFORÇADO E APROPRIADO PARA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; RÓTULO COM IDENTIFICACAO; MARCA; FABRICANTE; NÚMERO DE LOTE; VALIDADE. FRASCO 100 GRAMAS.	MV - 18367 SIAF - 5279909 CGOV - 381521	GRAMA	100
18	AGAR MUELLER HINTON; MEIO PARA USO EM ANTIOBIOGRAMA - TESTE DE SENSIBILIDADE; DESIDRATADO; COM AMIDO DE BATATA 1,5G/L, EXTRATO DE CARNE 2G/L; HIDROLISADO ACIDO DE CASEINA 17,5G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 10 A 17 G/L; MEIO COM SOLUCAO FINAL DE PH 7,4+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA.	MV - 19328 SIAF - 1735179 CGOV - 326282	GRAMA	7500
19	CALDO MUELLER HINTON; MEIO PARA USO EM ANTIBIOGRAMA - TESTE DE SENSIBILIDADE; DESIDRATADO; COM AMIDO DE BATATA 1,5G/L, EXTRATO DE CARNE 2G/L; HIDROLISADO ACIDO DE CASEINA 17,5G/L; PH FINAL 7,3 +/-0,1 - DE ACORDO COM NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA.	MV - 19739 SIAF - 970778 CGOV - 326883	GRAMA	500
20	REAGENTE QUIMICO; AZUL DE METILENO; CORANTE; C ₁₆ H ₁₈ CLN ₃ S; CI 52015; APRESENTADO EM PO; TEOR MINIMO DE 82%; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA;QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO /DATA DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDENCIA; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.FRASCO DE 25 GRAMAS.	MV - 19824 SIAF - 5435730 CGOV - 358462	FRASCO 25G	1
21		MV - 19939	LITRO	7

	GLICERINA; CATEGORIA P.A. ACS, C ₃ H ₈ O ₃ , PM 92,09; COM TEOR DE DOSAGEM MINIMA 99,5%; LIMITES MAXIMOS DE NEUTRALIDADE PASSA O TESTE, COMPOSTOS CLORADOS (CONO CL) MAX. 0,003%, SULFATO(SO ₄) MAX. 0,001%; LIMITES MAXIMOS DE METAIS PESADOS (COMO PB) MAX. DE 2 PPM; LIMITES MAXIMOS DE AGUA 0,5%; LIMITES MAXIMOS DE ACROLEINA E GLUCOSE PASSA O TESTE, ESTRES DE ACIDOS GRAXOS MAX 0,05%; ACIDEZ : SUBSTANCIAS QUE ESCURECEM PELO H ₂ SO ₄ PASSA O TESTE; PONTO DE EBULICAO 290° C; LIMITES MAXIMOS 0.005% APOS IGNICAO; COR (APHA) MAX. 10; ACONDICIONADO EM FRASCO COM 1000ML, DEVIDAMENTE ROTULADA, ONDE DEVE CONSTAR NOME DO PRODUTO, FORMULA, PM, VALIDADE; ROTULO COM Nº DO LOTE, PROCEDENCIA E CONDICAOES DE ARMAZENAMENTO.	SIAF - 3271528 CGOV - 353076		
22	GLICOSE; P.A. ANIDRA; PARA USO EM REACOES BIOQUIMICAS; FRASCO - APROPRIADO AO PRODUTO E QUE GARANTA SUA INTEGRIDADE; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO /VALIDADE, PROCEDENCIA E REGISTRO NO MS. C ₆ H ₁₂ O ₆ CAS 492-62-6.	MV - 20185 SIAF - 2176718 CGOV - 352808	GRAMA	500
23	AGAR; CITRATO DE SIMMONS; PARA DIFERENCIACAO DE ENTEROBACTERIAS; COM APROXIMADAMENTE A SEGUINTE COMPOSICAO; DIHIDROGENO FOSFATO DE AMONIO 1 G/L; FOSFATO DIPOTASSICO 1 G/L; CLORETO DE SODIO 5 G/L; CITRATO DE SODIO 2 G/L; SULFATO DE MAGNESIO 0.2 G/L; AZUL DE BROMOTIMOL 0.08 G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 10 A 15 G/L; SOLUCAO FINAL DE PH 6.9 MAIS OU MENOS 0.2; APRESENTACAO DESIDRATADO; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/DATA DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDENCIA.	MV - 20187 SIAF - 5382661 CGOV - 326291	GRAMA	500
24	REAGENTE QUÍMICO; AZUL DE BROMOTIMOL; INDICADOR DE PH; C ₂₇ H ₂₈ BrO ₅ S; INTERVALO DE VIRAGEM ENTRE PH 5.8 E 7.6; ACOMPANHADO DE LAUDO DE ANÁLISE E FICHA DE SEGURANÇA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; RÓTULO CONTENDO NÚMERO DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/DATA DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDÊNCIA; CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	MV - 20324 SIAF - 5435145 CGOV - 611725	GRAMA	250
25	CORANTE CRISTAL VIOLETA; FORMA DE APRESENTACAO CRISTAL (GENCIANA); SOLUVEL EM AGUA E ALCOOL; ACONIDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA.	MV - 20414 SIAF - 1358375	GRAMA	100

		CGOV - 327486		
26	CATEGORIA DIBÁSICO P.A.;TEOR: COM TEOR DE DOSEAMENTO MÍNIMO DE 99%- PERDA POR DESSECAÇÃO (105C) MAX. 1%; PUREZA: COMPOSTO DE CLORO MAX. 0,003%, SULFATO MAX. 0,005%, NITROGÊNIO TOTAL MAX. 0,001%, FERRO MAX. 0,001%; FORMA DE AGREGAÇÃO: CRISTALINO BRANCO;GRAU DE HIDRATAÇÃO: GRAU DE HIDRATAÇÃO ;SOLUBILIDADE: COM SOLUBILIDADE EM ÁGUA;ALCALINIDADE LIVRE: PORCENTAGEM DE ALCALINIDADE LIVRE ;COMPONENTES INSOLÚVEIS: COM TEOR DE COMPONENTES COMO METAIS PESADOS (COMO PB) MAX. 0,005%;PONTO DE FUSÃO: PONTO DE ;ACONDICIONAMENTO: ACONDICIONADO EM EM FRASCO REFORÇADO E APROPRIADO PARA O PRODUTO;ROTULAGEM: RÓTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA.	MV - 20415 SIAF - 465518 CGOV - 380609	GRAMA	500
27	FOSFATO DE POTÁSICO; CATEGORIA MONOBÁSICO P.A.; KH ₂ PO ₄ ; COM TEOR DE 99,5% - ANIDRO; ACONDICIONADO EM FRASCO DE PLÁSTICO APROPRIADO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PO; RÓTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE E FÓRMULA.	MV - 20416 SIAF - 557994 CGOV - 445252	GRAMA	500
28	IODETO DE POTASSIO; P.A.; EM PO; DOSEAMENTO MINIMO DE 99,5%; DE ACORDO COM ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA .	MV - 20417 SIAF - 1163264 CGOV - 353072	GRAMA	100
29	REAGENTE QUIMICO; L-LISINA MONOCLORIDRATO; CAS: 657-27-2; PA; PADRAO ACS; FORMULA MOLECULAR: C ₆ H ₁₄ N ₂ O ₂ .HCL; PESO MOLECULAR: 182.65 G/MOL; PUREZA MINIMA: 98%; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO EM PORTUGUES COM NUMERO DE LOTE E DATA DE FABRICACAO/VALIDADE; VALIDADE MINIMA: 2/3 DA VALIDADE DE FABRICACAO NA DATA DO RECEBIMENTO.	MV - 20559 SIAF - 4843401 CGOV - 370548	GRAMA	200
30	REAGENTE QUIMICO; FUCSINA BASICA; PA; C ₂₀ H ₂₀ CIN ₃ ; CORANTE; APRESENTADO EM PO; TEOR MINIMO DE 88%; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/DATA DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDENCIA; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.	MV - 20591 SIAF - 5435307 CGOV - 331021	GRAMA	100

31	PURPURA DE BROMOCRESOL; C21 H16 BR2 O5 S; EM PO; INDICADOR; COM INTERVALO DE VIRAGEM ENTRE PH 5,2 E 6,8; ACONDICIONADO EM FRASCO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO /VALIDADE/ COMPOSICAO E PROCEDENCIA. CAS115-40-2.	MV - 20597 SIAF - 2339307 CGOV - 327615	GRAMA	200
32	AGAR COLUMBIA CNA, MEIO SELETIVO PARA BACTERIAS GRAM POSITIVAS, MEIO DESIDRATADO, COM DIGERIDO PANCREATICO DE CASEINA 12,0 G/L, DIGERIDO PEPTICO ANIMAL 5,0 G/L, EXTRATO DE LEVEDURA 3,0 G/L, EXTRATO DE CARNE BOVINA 3,0 G/L, AMIDO DE MILHO 5,0 G/L, CLORETO DE SODIO 5,0 G/L, ACIDO NALIDIXICO 0,01 G/L, COLISTINA 0,01 G/L, AGAR BACTERIOLOGICO 13,0 G/L, COM SOLUCAO FINAL DE PH 7,3 +/- 0,2, DE ACORDO COM AS NORMAS ACS E CLSI, APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500G, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, COMPOSICAO E PROCEDENCIA.	MV - 20600 SIAF - 3823180 CGOV - 335778	GRAMA	500
33	AGAR NUTRIENTE; MEIO PARA USO EM MANUTENÇÃO DE MICRORGANISMOS; DESIDRATADO; COM CLORETO DE SÓDIO 8G/L; EXTRATO DE CARNE 3G/L; PEPTONA DE GELATINA 5G/L; AGAR BACTERIOLÓGICO 10 A 15 G/L; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,0+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; RÓTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDÊNCIA.	MV - 20601 SIAF - 1694502 CGOV - 326278	GRAMA	3000
34	CALDO TIOGLICOLATO; MEIO PARA USO EM TESTE DE ESTERILIDADE DE PRODUTO FARMACEUTICO, CULTURA DE AEROBIOS, ANAEROBIOS E MICROAEROFILOS; DESIDRATADO; COM EXTRATO DE LEVEDURA 3G/L, PEPTONA DE CASEINA 15G/L; D (+) GLICOSE 5,5G/L, L-CISTINA 0,5G/L; CLORETO DE SODIO 2,5G/L, TIOGLICOLATO DE SODIO 0,5G/L; RESAZURINA SODICA 0,0001G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 0,75G/L; MEIO COM SOLUCAO DE PH FINAL DE 7,1+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA.	MV - 20602 SIAF - 1154214 CGOV - 326310	GRAMA	500
35	CALDO SELENITO CISTINA; MEIO PARA USO EM DETECCAO DE SALMONELLA; DESIDRATADO; COM PEPTONA PANCREATICA DE CASEINA 5G/L; LACTOSE 4G/L; L-CISTINA 0,01G/L; FOSFATO DE SODIO DIBASICO 10G/L; SELENITO ACIDO DE SODIO 4G/L; MEIO DE SOLUCAO COM PH FINAL 7,0+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA	MV - 20603 SIAF - 1701274 CGOV - 326308	GRAMA	500

	ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM FRASCO COM GRAMAS; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA.			
36	MEIO DE CULTURA, PARA DNASE COM VERDE DE METILA, ENSAIO DETECCAO DA ATIVIDADE DE DESOXIRIBONUCLEASE; MEIO DE CULTURA DESIDRATADO, COM TRIPTOSE 20.0G/L; ACIDO DESOXIRIBONUCLEICO 2.0G/L, CLORETO DE SODIO 5.0G/L, AGAR 15.0G/L, VERDE DE METILA 0.05G/L, MEIO COM SOLUCAO PH FINAL 7.3+/-0.2, DE ACORDO COM NORMA ASC; CLSI, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/ VALIDADE E PROCEDENCIA.	MV - 20605 SIAF - 6108440 CGOV - 355734	GRAMA	100
37	PEPTONA BACTERIOLOGICA; MEIO PARA USO EM DIGO COMO SUPLEMENTO PARA MEIO DE CULTURA; PRODUTO DESIDRATADO; COM SOLUBILIDADE TOTAL EM AGUA; SOLUCAO FINAL (2%); MEIO COM PH ENTRE 6,8 E 7,5; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS. REGISTRO NA ANVISA/MS; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO E REFORCADO PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO /VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA .	MV - 20758 SIAF - 721654 CGOV - 393126	GRAMA	500
38	AGAR SLANETZ E BARTLEY, PARA DETECCAO DE ENTEROCOCOS, MEIO DESIDRATADO, COM A SEGUINTE COMPOSICAO, TRIPTOSE 20 G/L, EXTRATO DE LEVEDURA 5 G/L, GLICOSE 2 G/L, FOSFATO DISSODICO 4 G/L, AZIDA SODICA 4 G/L, CLORETO TETRAZOLIO 0,1 G/L, AGAR BACTERIOLOGICO 10 G/L, COM SOLUCAO FINAL DE PH 7,2 +/- 0,2, DE ACORDO COM AS NORMAS ACS E CLSI, APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500G, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, COMPOSICAO E PROCEDENCIA.	MV - 21329 SIAF - 3823164 CGOV - 326349	GRAMA	1000
39	MEIO DE CULTURA; PARA ISOLAMENTO DE CAMPYLOBACTER SP EM AMOSTRAS DE FEZES, MEIO DE KARMALI; ENSAIO PARA BACTERIAS GRAM NEGATIVAS; COM AGAR BASE COLUMBIA 39.0 G/L; CARVAO ATIVO 4.0 G/L; HEMINA 0,032 G/L; PH FINAL 7.4 +/- 0,2; MEIO COM SOLUCAO LIVRE DE SANGUE; DE ACORDO COM AS NORMAS TECNICAS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NUMERO DE LOTE, VALIDADE, DATA DE FABRICACAO E BULA.	MV - 22131 SIAF - 5752795 CGOV - 336287	GRAMA	500
40	AGAR BASE COLUMBIA; MEIO PARA USO EM ISOLAMENTO DE CULTIVO DE MICRORGANISMOS FASTIDIOSOS E NAO FASTIDIOSOS; MEIO DESIDRATADO; COM DIGESTO PANCREATICO DE CASEINA 12 G/L, DIGESTO PEPTICO DE TECIDO ANIMAL 5 G/L;	MV - 23006 SIAF - 2374838	GRAMA	500

	EXTRATO DE LEVEDURA 3 G/L, EXTRATO DE CARNE 3 G/L, AMIDO DE MILHO 1 G/L, CLORETO DE SÓDIO 5 G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 13.5 G/L; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, COMPOSICAO E PROCEDENCIA.	CGOV - 326286		
41	REAGENTE INORGÂNICO; HIDROXIDO DE SÓDIO PA, ACS; --; PARA ANÁLISES AMBIENTAIS; FÓRMULA: NaOH; PESO MOLECULAR 40.00 G/MOL; CAS 1310-73-2; PUREZA: > = 99%; --; LENTILHAS, ALTAMENTE HIGROSCÓPICAS; CARBONATO (Na ₂ CO ₃): = < 1,0% CLORETO (CL): = < 0,001% FOSFATO (PO ₄): = < 0,0005%; SULFATO (SO ₄): = < 0,0005% NITROGÊNIO TOTAL (N): = < 0,0003% METAIS PESADOS (PB): = < 0,001%; POTÁSSIO (K): = < 0,020% MERCÚRIO (HG): = < 0,00001% NÍQUEL (NI): = < 0,0005%; --; VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES APÓS A ENTREGA DO PRODUTO; ROTULO COM NOME DO PRODUTO, GRAU DE PUREZA FÓRMULA QUÍMICA; NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, QUÍMICO RESPONSÁVEL NÚMERO DO LOTE, SIMBOLO DE PERICULOSIDADE; DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO; FRASCO COM 1000G; CERTIFICADO DE ANALISE QUE COMPROVE O GRAU DE PUREZA E DEMAIS REQUISITOS DA ESPECIFICAÇÃO; FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS FISPQ, CONFORME NBR 14725; IDENTIFICACAO DO PRODUTO QUÍMICO, CONFORME NBR 7500.	MV - 27660 SIAF - 3889149 CGOV - 378590	QUILOGRAMA	1
42	L-LISINA; MONOCLORIDRATO PARA FINS BIOQUÍMICOS; C ₆ H ₁₄ N ₂ O ₂ .H ₂ O; PO BRANCO CRISTALINO - SOLUBILIDADE MUITO EM AGUA; SOLUCAO LIMPIDA, INCOLOR E INODORA - DOSEAMENTO MINIMO 99%; LIMITES DE ACEITACAO AMONIO <0,01, AMINOACIDOS ESTRANHOS <0,3% - DE ACORDO COM NORMA ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA.	MV - 27811 SIAF - 1489585 CGOV - 370546	GRAMA	500
43	UREIA P.A.; CH ₄ N ₂ O, PO BRANCO ASPECTO CRISTALIZADO, PONTO DE FUSAO 132 A 135 GRAUS CELSIUS SOLUBILIDADE EM AGUA A 20 GRAUS CELSIUS, 1080 G.L., CLORETO 5PPM, FERRO 0,001%, INSOLUVEIS 0,01%, METAIS PESADOS COMO PB 0,001%, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA.	MV - 27813 SIAF - 1396609 CGOV - 359223	GRAMA	500
44	MEIO DE CULTURA; PARA CULTIVO DE ESTREPTOCOCOS; CALDO TODD HEWITT; ENSAIO MICROBIOLÓGICO; COM COMPOSIÇÃO APROXIMADA DE: INFUSÃO DE CORACAO 3.1 G/L; PEPTONA 20 G/L; DEXTROSE 2 GR/L; CLORETO DE SÓDIO 2G/L; FOSFATO DISSODICO 0.4 G/L; CARBONATO DE SÓDIO 2.5 G/L; MEIO DESIDRATADO; MEIO COM SOLUÇÃO DE PH FINAL DE 7.8+/- 0.2; DE	MV - 27869 SIAF - 1934236 CGOV - 326285	GRAMA	500

	ACORDO COM NORMA ACS,NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; RÓTULO COM NR. DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE; COMPOSIÇÃO E PROCEDÊNCIA.			
45	INSUMOS LABORATORIAIS; SANGUE DESFIBRINADO DE CARNEIRO; COM PROVA PREVIA DE ESTERILIDADE; PARA AGAR SANGUE; APRESENTADO EM FRASCO DE VIDRO APROPRIADO; ARMAZENAMENTO A TEMPERATURA DE 4 A 8 GRAUS C; CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/DATE DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDENCIA.	MV - 28292 SIAF - 5628016 CGOV - 329500	MILILITRO	200
46	REAGENTE QUÍMICO; CITRATO DE FERRO AMONICAL; P.A.; FÓRMULA MOLECULAR: C12H22FEN3O14; PESO MOLECULAR: 488.16 G/MOL; APRESENTADO EM PO; PARA UTILIZACAO EM TÉCNICA DIAGNÓSTICA; CAS: 1185-57-5; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE/PRAZO E PROCEDÊNCIA; CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	MV - 28314 SIAF - 5644410 CGOV - 348181	GRAMA	500

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.5. Estima-se que o prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contemplando os prazos para a entrega, o recebimento provisório e definitivo, a liquidação e o pagamento, contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. É necessária a apresentação de produto que possua Registro na ANVISA ou, conforme o caso, Notificação Simplificada na ANVISA.

1.7. A proposta deverá incluir, em cada item, de forma clara e inequívoca, o nome do material, a apresentação, o fabricante, a embalagem com o quantitativo do produto ofertado e o número completo de registro expedido pela ANVISA/MS. A comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA será feita através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovar que o produto não está sob controle sanitário.

1.8. Para a comprovação, alternativamente, serão aceitos “prints” de páginas do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que estarão sujeitos à confirmação pelo HCFMB.

1.9. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia legível da solicitação de sua revalidação, tempestiva, acompanhada de cópia do registro vencido. A não apresentação do registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na não aceitabilidade do item cotado.

1.10. Para efeito da verificação das exigências pertinentes ao(s) objeto(s) da licitação, a licitante deverá apresentar descrição técnica de todos os itens ofertados (Bula completa e atualizada do produto ofertado conforme o registrado na ANVISA /MS, catálogo, etc).

1.11. O fornecedor deverá apresentar quando da entrega do material, LAUDO ANALÍTICO COMPROBATÓRIO DE SUA QUALIDADE, emitido lote a lote, pela empresa fabricante (no País ou no exterior), ou por laboratório de referência nacional, integrante da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – Certificadores em Saúde).

1.12. Os materiais deverão ter prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data da entrega, exceto nos casos em que o produto comprovadamente possuir prazo de validade inferior em virtude de suas características decomposição ou de acordo com as especificações do item contidas no edital.

1.13. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Esta contratação encontra-se pautada no desenvolvimento de políticas públicas de saúde, porquanto esta instituição é credenciada pelo Sistema Único de Saúde e contratualizada com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para realização de procedimentos de média e alta complexidade e, ademais, encontra-se alinhada com o Planejamento Estratégico da Instituição, visto que os materiais solicitados visam ao suporte dos atendimentos ambulatoriais, na emergência e nos leitos de internação do Hospital, levando em consideração, ainda, objetivos e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [92501/00035/2025], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da Solução Como um Todo

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 095/2025, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da Contratação

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Na aquisição de bens, pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:

4.1.1.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental relação aos seus similares.

4.1.1.2. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.1.3. O HCFMB possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e mantém contrato com empresa especializada na coleta e na destinação adequada dos resíduos de serviço de saúde.

4.2. Subcontratação: não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude das características da contratação.

5. Modelo de Execução do Objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias, contados da Nota de Empenho, em remessa (única), No Laboratório Clínico do HCFMB, no seguinte endereço Av. Prof.: Mário Rubens Guimarães Montenegro UNESP Campus de Botucatu - Botucatu/SP; CEP 18.618.687. Distrito de Rubião Júnior s/n no horário de 8:00 as 16:00 horas.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas em no máximo 24 (vinte e quatro) horas úteis, a contar do recebimento do empenho, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Será obrigatória a comprovação, no momento da entrega do material, da identidade de cada lote, mediante laudo de controle de qualidade, emitido pelo fabricante, nos termos da legislação sanitária e conforme exigências da Lei 6.360/76.

5.4. Os materiais deverão ser transportados, entregues, e acondicionados adequadamente de acordo com as instruções do fabricante e na temperatura exigida para seu transporte, sob pena de devolução dos mesmos pelo Núcleo de Laboratório Clínico, com a imediata obrigação de substituição por lote diferente do apresentado inicialmente.

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº. 8.078/1990, a apresentação do material deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre

características, marca, procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

5.7. A contratada deverá substituir, em qualquer época, o material entregue e aceito, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado, somente verificável quando de sua utilização. O prazo para a referida substituição deverá ser de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação feita pelo Núcleo de Laboratório Clínico.

5.8. Caberá ao fornecedor registrado arcar com as despesas de embalagem e frete dos produtos a serem substituídos.

5.9. O prazo de validade dos produtos deverá ser idêntico ao prazo de validade registrado no Ministério da Saúde, com tolerância do tempo compreendido entre a comercialização e o trânsito dos produtos, sendo de ,NO MÍNIMO, 06 (SEIS) MESES, a partir da data da entrega, exceto nos casos em que o produto comprovadamente possuir prazo de validade inferior em virtude de suas características de composição ou de acordo com as especificações do item contidas no edital.

5.10. Nota fiscal: Destinatário e valores corretos conforme empenho

5.11. Quantidade: De acordo com o solicitado

5.12. Recebimento: A transportadora deve aguardar a conferência e devolução do canhoto da nota fiscal assinado.

5.13. Não serão aceitos materiais/produtos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, mesmo após quaisquer processos de acondicionamento, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

6. Modelo de Gestão do Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.6.1. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV).

6.6.2. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do contrato, quando houver, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.3. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de Medição e de Pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, período no qual deverá ser verificada a conformidade dos mesmos às especificações contidas no Termo de Referência e na proposta da contratada.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, sobretudo daqueles prejuízos advindos de defeitos dos gêneros, ocultos ou não aparentes na época da entrega.

7.9. Verificada a adequação do material, os mesmos serão recebidos definitivamente, momento no qual deverá ser atestada a Nota Fiscal.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de Pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e Critérios de Seleção

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de Fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.21. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Qualificação Técnica

8.22. Certificado de regular inscrição do licitante junto ao Conselho Regional competente, ou documento que o valha, com a indicação do responsável técnico, em plena validade;

8.22.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.23. Licença de Funcionamento conferida pelo Órgão Municipal ou Estadual de Vigilância Sanitária (Não serão aceitos protocolos em caso de emissão de primeira licença ou, no caso das revalidações, na forma da legislação específica, requeridos intempestivamente), de modo a garantir que o licitante atenda às exigências técnicas necessárias.

Outras Comprovações

8.24. Caso admitida a participação de Cooperativas, será exigida a seguinte 8.24.1 documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133 /2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

9.1. O custo estimado total da contratação é de : R\$ 46.131,41(Quarenta e seis mil, cento e trinta e um reais e quarenta e um centavos, conforme custos unitários apostos no anexo I – Pesquisa de Preços.

10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

Código único 20250364304.

Processo SEI	143.00005084/2025-64
Gestão/Unidade	09059/092501
Fonte de Recurso	1.500.10002 - Tesouro
Programa de Trabalho	10.302.0930.4850.0000
Elemento de Despesa	33.90.30 - Material de Consumo
Plano Interno	004.009.0224

11. Equipe Técnica de Apoio

11.1. Sugere-se a seguinte formação da Equipe de Apoio:

NOME: Adriano Martison Ferreira
E-MAIL: labclin.hcfmb@unesp.br
NOME: Rita Borges dos Santos
E-MAIL: labclin.hcfmb@unesp.br
NOME: Ângela Aparecida Dorini
E-MAIL: angela.dorini@unesp.br

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminho à autoridade competente para autorização da contratação conforme proposto

CEZAR REIS DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/04/2025 às 09:46:26.

Despacho: Autorizo a contratação, encaminhe ao setor de contratações, conforme proposto

KAREN ALINE BATISTA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/04/2025 às 09:48:24.

Estudo Técnico Preliminar 95/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 143.00005084/2025-64

2. Material a ser Contratado

2.1. Aquisição de materiais de uso laboratorial (testes, reagentes) com entrega única e imediata, para o período de 12 meses.

3. Descrição da necessidade

3.1. Aquisição de materiais de uso laboratorial, visando atender às necessidades do Complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu-HCFMB.

3.2. Os quantitativos foram levantados visando atender a demanda estimada da Instituição para o período de 12 meses.

3.3. Os materiais serão utilizados no Núcleo de Laboratório Clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu-HCFMB para realização de exames diagnósticos para os pacientes internados ou em atendimento ambulatorial.

3.4. Os exames refletem diretamente na qualidade da assistência prestada aos pacientes. A qualidade e a efetividade dos equipamentos e reagentes estão diretamente relacionadas com o aumento da produtividade, redução da exposição ao risco biológico, redução dos custos operacionais, potencialização do tempo de liberação e de níveis de consistência dos procedimentos.

3.5. Os laboratórios do HCFMB atendem a uma grande demanda de exames diários, resultando na necessidade de completa otimização dos kits de reagentes, sem que haja desperdício de material ou mesmo necessidade de armazenamento de material biológico (acúmulo de material colhido) antes de se proceder à abertura de um kit.

3.6. Ademais, a organização dos serviços prestados no Hospital das Clínicas deve ser norteadada pela preocupação em manter a fidedignidade dos resultados, com baixos custos e padrões de qualidade, mediante a otimização de recursos humanos, materiais e equipamentos, visando contribuir para a melhor qualidade da assistência.

3.7. Cabe destacar que o HCFMB está vinculado à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e oferece serviços média e alta complexidade. É referência em diversas especialidades, como cirurgia geral, urologia, ginecologia, oftalmologia, oncologia, neurocirurgia e ortopedia. Na área clínica, algumas referências são a pneumologia, a dermatologia e a infectologia. Ao HCFMB cabe atender, em sua maioria, a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) no tratamento de múltiplas patologias de média e alta complexidade.

3.8. Os materiais em questão, apesar de apresentarem relativa complexidade, suas características e padrões de qualidade podem facilmente ser descritos no edital, sem prejuízo de identificação ou entendimento por parte dos fornecedores, viabilizando a ampla disputa. Assim, o objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 6º, XII da Lei 14.133/2021.

3.9. É fundamental manter nossos estoques disponíveis para o exercício de 2024, adequando-os às necessidades do Hospital. Neste sentido, a aquisição do objeto solicitado, faz-se necessária, visando à manutenção do estoque dos produtos laboratoriais, e garantindo desta forma, o diagnóstico aos pacientes em procedimentos e acompanhamento no Complexo Assistencial HCFMB.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Laboratório Clínico	Adriano Martison Ferreira

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa a ser contratada deverá cumprir os seguintes requisitos:

5.1. Comprovar o registro dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro no Ministério da Saúde/ANVISA;

5.2. Apresentar os catálogos e manuais dos materiais visando à comprovação das especificações solicitadas;

5.3. Apresentar Autorização para funcionamento expedido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador;

5.4. Apresentar Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância da Secretaria Estadual ou Municipal, da empresa a ser contratada;

5.5. Os materiais deverão ter prazo de validade mínimo de 12 meses, a partir da data da entrega, exceto nos casos em que o produto comprovadamente possuir prazo de validade inferior em virtude de suas características de composição ou de acordo com as especificações do item contidas no edital.

5.6. Os materiais deverão ser entregues, com todas as despesas de transporte assumidas pela empresa fornecedora, no Laboratório Clínico do HCFMB.

5.7. O prazo de entrega do objeto pela empresa vencedora não será superior a 15 (quinze) dias corridos da data do recebimento da nota de empenho.

5.8. Foram considerados para a contratação as orientações constantes no Decreto 68.017/23.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Com base nos requisitos definidos, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

6.2. A presente contratação está alinhada ao planejamento estratégico do HCFMB, portanto, é preciso considerar que houve um levantamento prévio de demandas, sendo realizada uma análise sobre as necessidades do HCFMB.

6.3. Durante o processo de planejamento da contratação dos materiais, são revisados descritivos e códigos CATMAT (Catálogo de Materiais do Portal de Compras).

6.4. Trata-se de itens usuais de mercado, que possuem ampla oferta em todo território nacional.

6.5. Diante disso, apresentam-se as seguintes possibilidades:

- Aquisição dos materiais mediante pregão eletrônico, com entrega única;
- Aquisição dos materiais por Registro de Preços;
- Aquisição dos materiais por Adesão à Ata de Registro de Preços e
- Aquisição dos materiais mediante Dispensa de Licitação.

6.6. Análise das soluções possíveis:

Solução	Análise
Aquisição dos materiais mediante pregão eletrônico, com entrega única	Trata-se de itens com prazos de validade extenso (mais de 12 meses), que exigem pouco espaço de armazenamento, com quantitativos ou preços muito baixos, permitindo a aquisição com entrega única. A licitação mediante pregão eletrônico para aquisição em entrega única permite a ampla disputa, com valores condizentes com o mercado e de acordo com as necessidades do HCFMB.
Aquisição dos materiais mediante Registro de Preços	Trata-se de itens cujos valores ou as quantidades são reduzidos, podendo incorrer em aumento dos valores propostos em decorrência dos altos custos em relação à logística e consequente desinteresse por parte dos fornecedores.
Aquisição de materiais mediante Adesão à Ata de Registro de Preços	Não foram localizadas Atas de Registro de Preços disponíveis em INTENÇÕES DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP) - (consulta realizada em 02/04/2025 no sistema compras.gov.br) para adesão para os itens solicitados.

6.7. Com base em levantamento de mercado também verificou-se que o tipo de solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência e práticas do mercado.

6.8. Assim, considerando o disposto acima e por se tratar de materiais de uso regular e por ser disponível no mercado nacional, durante a fase de estudo, observou-se que a licitação mediante pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, melhor proposta com entrega única e imediata, é

a solução que melhor atende a referida demanda, tratando-se de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme o que institui o artigo 6º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021.

6.9. O levantamento de mercado foi feito previamente à elaboração do Estudo Preliminar desta contratação. A pesquisa foi realizada de acordo com o que determina o §1º do Art.23 da Lei 14.133 /21 e o Decreto Estadual nº 67.888/23, que dispõe sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratações de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública, direta e autárquica, cujo relatório nº 110/2025 segue anexo a este.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Cabe salientar que a descrição da solução levou em consideração os aspectos gerais da aquisição, acompanhada das justificativas técnicas e econômica da escolha do tipo de solução.

7.2. Com base em levantamento de mercado também verificou-se que o tipo de solução escolhida (aquisição mediante pregão eletrônico, com entrega única) é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência e práticas do mercado.

7.3. Para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foi adotado o item do catálogo de compras do governo - Siafinet mais semelhante ao descrito na relação de itens. Havendo divergência entre a descrição do objeto, especificações técnicas, unidade de medida e outras informações existentes na relação de itens neste ETP e a utilizada pelo Sistema COMPRAS. GOV.BR, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos.

7.4. Quando do recebimento dos produtos, deverão ser feitas as conferências da documentação e laudos apresentados, além das quantidade, qualidade e data de validade dos medicamentos.

7.5. Tratando-se de entrega única e do valor da contratação, por item, não será necessária a exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. O prazo de validade dos produtos deverá ser idêntico ao prazo de validade registrado no Ministério da Saúde ou de, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES, na entrega, com tolerância do tempo compreendido entre a comercialização e o trânsito dos produtos, salvo quando especificado no descritivo do item.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. O quantitativo constante do quadro abaixo foi definido com base no consumo médio mensal (CMM), histórico dos últimos 12 meses. A metodologia conta com o acréscimo de um percentual de 25% sobre a média do consumo como margem de segurança para suprir distorções de consumo ocorridas ao longo do ano, como aumento na ocorrência de casos, sazonalidades, rastreamento de doenças específicas e outras tantas circunstâncias atípicas de comportamento da demanda hospitalar de alta complexidade.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade	Qtde

1	INSUMOS LABORATORIAIS; SUPLEMENTO SELETIVO CAMPYLOBACTER SEGUNDO SKIRROW; COMPOSICAO APROXIMADA POR FRASCO: VANCOMICINA 5 MG; TRIMETROPIN 2.5 MG E POLIMIXINA 1250 UI; UM FRASCO SUFICIENTE PARA PREPARAR 500 ML DE MEIO DE CULTURA; ARMAZENAGEM ENTRE 2 E 8 GRAUS C; PRODUTO LIOFILIZADO E ESTERIL; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE; ACONDICIONADO EM FRASCO REFORCADO E APROPRIADO PARA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO COM NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO; VALIDADE FORMULA E PROCEDENCIA.	MV - 28761 SIAF - 5753635 CGOV - 343218	UNIDADE	2
2	INDICADOR ÁCIDO/ BÁSICO, VERMELHO DE FENOL; PÓ VERMELHO ESCURO, SOLUBILIDADE EM ÁGUA, SOLUÇÃO LÍMPIDA AMARELA INDICA (ÁCIDO) E VERMELHO (BÁSICO); EXTINÇÃO ESPECÍFICA PARA PH 6, LEITURA EM 430 -435 NM E 560 - 620 NM; APRESENTAÇÃO FRASCO DE 100G - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA.	MV - 14758 SIAF - 5647126 CGOV - 366686	GRAMA	100
3	ACETONA; CATEGORIA P.A. ACS; COM DOSEAMENTO MÍNIMO 99,5%; LÍQUIDO, LÍMPIDO, INCOLOR, ODOR PRÓPRIO; TEOR DE METANOL MAX. 0,05%, ÁGUA MAX. 0,5%, RESIDUO APOS EVAPORACAO MAX. 0,001%, ISOPROPANOL MAX. 0,05%; TEOR DE ACIDEZ MAX. 0,0003 MEQ/G, SOLUBILIDADE EM ÁGUA, PASSA O TESTE, COR (APHA) MAX. 10; TEOR DE ALCALINIDADE MAX. 0,0006 MEQ/G, ALDEÍDO (COMO HCHO)MAX. 0,002%, SBST. QUE REDUZEM KMNO4 PASSA O TESTE; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO E REFORÇADO PARA O PRODUTO; RÓTULO COM NOME DO PRODUTO, FÓRMULA, PESO MOLECULAR, VALIDADE, NR. LOTE, PROCEDÊNCIA E COND. DE ARMAZENAMENTO. APRESENTAÇÃO EM FRASCO DE 1 LITRO.	MV - 14835 SIAF - 3275965 CGOV - 380786	LITRO	4
4	AGAR INFUSÃO CÉREBRO CORAÇÃO; MEIO PARA USO EM ENRIQUECIMENTO E MANUTENCAO DE MICROORGANISMOS FATIDIOSOS E NAO FASTIDIOSOS; MEIO DESIDRATADO; COM A COMPOSIÇÃO APROXIMADA DE DE: INFUSÃO DE CÉREBRO 200 G/L; INFUSÃO DE CORAÇÃO 250 G/L; PROTEOSE PEPTONA 10 G/L; DEXTROSE 2 G/L; CLORETO DE SODIO 5G/L, FOSFATO DIBASICO DE SODIO 2,5G/L, AGAR BACTERIOLOGICO ENTRE 10,0 A 15 G/L; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,4+/-02; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDÊNCIA.	MV - 14878 SIAF - 2586835 CGOV - 326281	GRAMA	500
5	AGAR SABOURAUD DEXTROSADO; MEIO PARA USO EM CULTIVO E ISOLAMENTO DE FUNGOS; COMPOSTO APROXIMADAMENTE DE: PEPTONA DE CASEINA 5 G/L; COM PEPTONA DE CARNE 5 G/L; DEXTROSE 40 G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 10 A 15 G/L; MEIO COM	MV - 14881 SIAF - 2367378	GRAMA	3000

	SOLUÇÃO FINAL DE PH 5,6+/-0,2; MEIO DESIDRATADO; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, COMPOSIÇÃO E PROCEDÊNCIA.	CGOV - 326298		
6	MEIO DE CULTURA; AGAR BACTERIOLOGICO; PARA PREPARAÇÃO; AGENTE GELIFICANTE; COMPOSTO APROXIMADAMENTE DE: CALCIO 0.15%; MAGNESIO 0.04%; CONCENTRAÇÃO DE USO FINAL DE 1 A 2%; PONTO DE GELIFICAÇÃO 35 GRAUS CELSIUS; PRODUTO DESIDRATADO; CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/DATA DE VALIDADE /PRAZO DE VALIDADE; PROCEDÊNCIA. APRESENTAÇÃO EM FRASCO COM 500G.	MV - 15460 SIAF - 5384877 CGOV - 387015	FRASCO 500 GRAMAS	1
7	EXTRATO DE LEVEDURA; SUPLEMENTO PARA ENRIQUECIMENTO DE MEIOS DE CULTURA; PO FINO, SOLUÇÃO LÍMPIDA, SOLUBILIDADE TOTAL EM ÁGUA; CALCIO TOTAL 357PPM, CALCIO LIVRE 58PPM, MAGNESIO 315 PPM, FERRO 52PPM, COBRE 2PPM; CHUMBO 0,7 PPM, MANGANES 1,3PPM, ESTANHO 3PPM, ZINCO 94 PPM, COBALTO 3,1PPM; APRESENTAÇÃO FRASCO DE 500G - DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA.	MV - 15461 SIAF - 1700855 CGOV - 329579	GRAMA	500
8	CLORETO DE SODIO; CATEGORIA P.A.; CRISTALIZADO; COM TEOR DE NO MÍNIMO 99%; PH DA SOLUÇÃO A 5% ENTRE 5 E 9; COM TEOR DE MAXIMO DE 0,005% DE COMPONENTES INSOLÚVEIS; DE ACORDO COM FARMACOPEIA; ACONDICIONADO EM FRASCOS; ROTULO COM NUMERO DO LOTE, COMPOSIÇÃO E DATA DE FABRICAÇÃO.	MV - 15464 SIAF - 323144 CGOV - 429086	GRAMA	500
9	FRASCOS INDIVIDUAIS CONTENDO MEIO E TIRAS IMPREGNADAS; FINALIDADE: PARA MONITORAÇÃO DE PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO A 121° E/OU A 132° A 143° CELSIUS;TEMPO: COM TEMPO MAXIMO DE RESPOSTA EM 7 DIAS; APRESENTAÇÃO: EM CAIXA COM AMPOLAS DE 2 ML;COMPOSIÇÃO: CONTENDO MEIO PROPRIO PARA O CULTIVO DE MICROORGANISMOS;PARÂMETRO ADICIONAL: DE G. STEAROTHERMOPHILUS;APRESENTAÇÃO II: APRESENTAÇÃO EM FRASCO-AMPOLA;COMPOSIÇÃO I: ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E REFORÇADA QU GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO;CONJUNTO: TIRA IMPREGNADA E AMPOLA CONTIDOS EM FRASCO ADEQUADO;CONJUNTO I: AMPOLAS DE MEIO DE CULTURA PARA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO;PARÂMETRO ADICIONAL I: COM MEIO QUE	MV - 15924 SIAF - 3802477 CGOV - 332349	UNIDADE	500

	ALTERA SUA COR SOB A ESTERILIZAÇÃO;CERTIFICADO: COM REGISTRO NA ANVISA;VALIDADE: COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA;ACONDICIONAMENTO: ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO;ROTULAGEM: ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, COMPOSIÇÃO E PROCEDÊNCIA.			
10	MEIO DE CULTURA; PARA CHROMAGAR CANDIDA; ENSAIO MEIO CROMOGÊNICO PARA O ISOLAMENTO E DIFERENCIAÇÃO DA MAIORIA DAS ESPÉCIES DE CANDIDA SPP; COM AGAR 15G; PEPTONA 10,2G; MISTURA CROMOGÊNICA 22G; CLORAFENICOL 0,5 G; MEIO EM PÓ; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 6,1.; DE ACORDO COM AS NORMAS TECNICAS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO PARA O MEIO; ROTULO COM PRAZO DE VALIDADE, CONCENTRAÇÃO NO ROTULO, Nº DE LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	MV - 16538 SIAF - 2074060 CGOV - 331039	GRAMA	500
11	AGAR BILE ESCULINA AZIDA, MEIO PARA USO EM DETECÇÃO DE ENTEROCOCOS, MEIO DESIDRATADO, COM DIGERIDO PANCREÁTICO DE CASEINA 17.0 G/L; AZIDA SODICA 0.25 G/L; DIGERIDO PÉPTICO ANIMAL 3.0 G/L, EXTRATO DE LEVEDURA 5,0, BILE DE BOI 10,0 G/L, CLORETO DE SODIO 5,0 G/L, ESCULINA 1,0 G/L, CITRATO FERRICO AMONACAL 0.5 G/L; CITRATO DE SODIO 1.0 G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 13.5 G/L, MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7.1 +/- 0.2, DE ACORDO COM AS NORMAS ACS E CLSI, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR. DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE; COMPOSIÇÃO E PROCEDÊNCIA.	MV - 17327 SIAF - 6108458 CGOV - 362668	GRAMA	2000
12	CALDO INFUSÃO CÉREBRO CORAÇÃO; MEIO PARA USO EM CULTURA DE MICRORGANISMOS; DESIDRATADO; COM INFUSO DE CÉREBRO E CORAÇÃO 17,5G/L; PEPTONA PANCREÁTICA DE CASEINA 5G/L; PEPTONA PÉPTICA DE CARNE 5G/L, CLORETO DE SODIO 5G/L; D (+) GLICOSE 2G/L, CLORETO DE SODIO 5G/L; FOSFATO DE SODIO DIBASICO 2,5G/L; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,4+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G ;CONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDÊNCIA.	MV - 17890 SIAF - 717142 CGOV - 326882	GRAMA	2000
13	FOSFATO DE SODIO; MONOBÁSICO PA ACS; MONOHIDRATADO; COMPOSTOS(N) MÁX 0.001%,SO4 MÁX.0.003%,CA MAX.0.005%, MP (PB)MÁX. 0.001%,FE MÁX.0.001%,PH5% 4.1-4.5; MÍNIMO 98%; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR DE LOTE,DATA DE VALIDADE/FABRICAÇÃO E PROCEDÊNCIA; DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE.	MV - 18026 SIAF - 2179865 CGOV - 445338	GRAMA	500

14	AGAR ENTÉRICO HEKTOEN; MEIO P USO EM ISOLAMENTO E DIFERENCIAÇÃO DE ENTEROBACTERIAS; DESIDRATADO; COM AZUL DE BROMOTIMOL ENTRE 0,05 A 0,065G/L, CITRATO FÉRRICO AMONIACAL 1,5G/L; CLORETO DE SODIO 5G/L, EXTRATO DE LEVEDURA 3G/L, FUCSINA ÁCIDA ENTRE 0,08 A 0,1G/L; PEPTONA DE CARNE 12 A 15G/L, LACTOSE ENTRE 12 A 14G/L, SACAROSE 12 A 14G/L; SALICINA 2G/L, TIOSSULFATO DE SODIO 5G/L, SAIS BILIARES ENTRE 2 A 9G/L; AGAR BACTERIOLOGICO ENTRE 10 A 15 G/L; MEIO C SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,5+/-0,2; DE ACORDO C A NORMA ACS, NCCLS; ACOND EM EMBALAGEM REF E APROP P O PROD; ROT COM NR. DE LOTE, DATA DE FAB/VAL, FÓRMULA PROCEDÊNCIA. (FRASCO C/ 500 G).	MV - 18027 SIAF - 1739794 CGOV - 326276	GRAMA	3000
15	AGAR SALMONELLA SHIGUELLA; MEIO PARA USO EM ISOLAMENTO DE SALMONELLA E DE ALGUMAS ESPÉCIES DE SHIGELLA DE AMOSTRAS CLINICAS E DE ALIMENTOS; (AGAR MODIFICADO); MEIO SELETIVO DIFERENCIAL; DESIDRATADO; COM EXTRATO DE CARNE 5G/L, PEPTONA DE CARNE 2,5/L, PEPTONA DE CASEINA 2,5G/L; SAIS BILIARES 5,5G/L; CITRATO DE SODIO 10 G/L, TIOSSULFATO DE SODIO 8,5G/L; LACTOSE 10G/L, CITRATO FERRICO 1G/L, VERDE BRILHANTE 0,00033G/L; VERMELHO NEUTRO 0,025G/L, AGAR 12 G/L; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,3; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA.	MV - 18084 SIAF - 5382998 CGOV - 326277	GRAMA	2000
16	DIMETILSULFÓXIDO; CATEGORIA (DMSO) P. A., FW: 78.13, (CH ₃) ₂ SO; COM TEOR MÍNIMO DE 99,9%; REAGENTE LIVRE DE DNASES E RNASES; ACONDICIONADO EM FRASCO REFORÇADO E APROPRIADO PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA. FRASCO DE 1 LITRO.	MV - 18264 SIAF - 2571650 CGOV - 352803	LITRO	1
17	REAGENTES QUÍMICOS; ÁCIDO FENILBORÔNICO; PARA ANÁLISE; PUREZA DE 95%; PESO MOLECULAR: 121.93; CAS NUMBER: 98-80-6; ACOMPANHA FISPQ; ACONDICIONADO EM FRASCO REFORÇADO E APROPRIADO PARA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; RÓTULO COM IDENTIFICACAO; MARCA; FABRICANTE; NÚMERO DE LOTE; VALIDADE. FRASCO 100 GRAMAS.	MV - 18367 SIAF - 5279909 CGOV - 381521	GRAMA	100
18	AGAR MUELLER HINTON; MEIO PARA USO EM ANTIOBIOGRAMA - TESTE DE SENSIBILIDADE; DESIDRATADO; COM AMIDO DE BATATA 1,5G/L, EXTRATO DE CARNE 2G/L; HIDROLISADO ACIDO DE CASEINA 17,5G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 10 A 17 G/L; MEIO COM SOLUCAO FINAL DE PH 7,4+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM	MV - 19328 SIAF - 1735179 CGOV - 326282	GRAMA	7500

	EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA			
19	CALDO MUELLER HINTON; MEIO PARA USO EM ANTIBIOGRAMA - TESTE DE SENSIBILIDADE; DESIDRATADO; COM AMIDO DE BATATA 1,5G/L, EXTRATO DE CARNE 2G/L; HIDROLISADO ACIDO DE CASEINA 17,5G/L; PH FINAL 7,3 +/-0,1 - DE ACORDO COM NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA	MV - 19739 SIAF - 970778 CGOV - 326883	GRAMA	500
20	REAGENTE QUIMICO; AZUL DE METILENO; CORANTE; C16H18CLN3S; CI 52015; APRESENTADO EM PO; TEOR MINIMO DE 82%; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA;QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO /DATA DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDENCIA; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.FRASCO DE 25 GRAMAS.	MV - 19824 SIAF - 5435730 CGOV - 358462	FRASCO 25G	1
21	GLICERINA; CATEGORIA P.A. ACS, C3H8O3, PM 92,09; COM TEOR DE DOSAGEM MINIMA 99,5%; LIMITES MAXIMOS DE NEUTRALIDADE PASSA O TESTE,COMPOSTOS CLORADOS (CONO CL) MAX. 0,003%, SULFATO(SO4) MAX. 0,001%; LIMITES MAXIMOS DE METAIS PESADOS (COMO PB) MAX. DE 2 PPM; LIMITES MAXIMOS DE AGUA 0,5%; LIMITES MAXIMOS DE ACROLEINA E GLUCOSE PASSA O TESTE, ESTRES DE ACIDOS GRAXOS MAX 0,05%; ACIDEZ : SUBSTANCIAS QUE ESCURECEM PELO H2SO4 PASSA O TESTE; PONTO DE EBULICAO 290° C; LIMITES MAXIMOS 0.005% APOS IGNICAO; COR (APHA) MAX. 10; ACONDICIONADO EM FRASCO COM 1000ML, DEVIDAMENTE ROTULADA, ONDE DEVE CONSTAR NOME DO PRODUTO, FORMULA, PM, VALIDADE; ROTULO COM Nº DO LOTE, PROCEDENCIA E CONDICÕES DE ARMAZENAMENTO.	MV - 19939 SIAF - 3271528 CGOV - 353076	LITRO	7
22	GLICOSE; P.A. ANIDRA; PARA USO EM REACOES BIOQUIMICAS; FRASCO - APROPRIADO AO PRODUTO E QUE GARANTA SUA INTEGRIDADE; ROTULO COM NR. DE LOTE,DATA DE FABRICACAO /VALIDADE, PROCEDENCIA E REGISTRO NO MS. C6h12o6 CAS 492-62-6.	MV - 20185 SIAF - 2176718 CGOV - 352808	GRAMA	500
23	AGAR; CITRATO DE SIMMONS; PARA DIFERENCIACAO DE ENTEROBACTERIAS; COM APROXIMADAMENTE A SEGUINTE COMPOSICAO; DIHIDROGENO FOSFATO DE AMONIO 1 G/L; FOSFATO DIPOTASSICO 1 G/L; CLORETO DE SODIO 5 G/L; CITRATO DE SODIO 2 G/L; SULFATO DE MAGNESIO 0.2 G/L; AZUL DE BROMOTIMOL 0.08 G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 10 A 15 G/L; SOLUCAO FINAL DE PH 6.9 MAIS OU MENOS 0.2; APRESENTACAO	MV - 20187 SIAF - 5382661 CGOV - 326291	GRAMA	500

	DESIDRATADO; CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/DATA DE VALIDADE /PRAZO DE VALIDADE; PROCEDENCIA.			
24	REAGENTE QUÍMICO; AZUL DE BROMOTIMOL; INDICADOR DE PH; C27H28BrO5S; INTERVALO DE VIRAGEM ENTRE PH 5.8 E 7.6; ACOMPANHADO DE LAUDO DE ANÁLISE E FICHA DE SEGURANÇA; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; RÓTULO CONTENDO NÚMERO DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/DATA DE VALIDADE /PRAZO DE VALIDADE; PROCEDÊNCIA; CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	MV - 20324 SIAF - 5435145 CGOV - 611725	GRAMA	250
25	CORANTE CRISTAL VIOLETA; FORMA DE APRESENTAÇÃO CRISTAL (GENCIANA); SOLUVEL EM AGUA E ALCOOL; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDENCIA.	MV - 20414 SIAF - 1358375 CGOV - 327486	GRAMA	100
26	CATEGORIA DIBÁSICO P.A.;TEOR: COM TEOR DE DOSEAMENTO MÍNIMO DE 99%- PERDA POR DESSECAÇÃO (105C) MAX. 1%; PUREZA: COMPOSTO DE CLORO MAX. 0,003%, SULFATO MAX. 0,005%, NITROGÊNIO TOTAL MAX. 0,001%, FERRO MAX. 0,001%; FORMA DE AGREGAÇÃO: CRISTALINO BRANCO;GRAU DE HIDRATAÇÃO: GRAU DE HIDRATAÇÃO ;SOLUBILIDADE: COM SOLUBILIDADE EM ÁGUA;ALCALINIDADE LIVRE: PORCENTAGEM DE ALCALINIDADE LIVRE ;COMPONENTES INSOLÚVEIS: COM TEOR DE COMPONENTES COMO METAIS PESADOS (COMO PB) MAX. 0,005%; PONTO DE FUSÃO: PONTO DE ;ACONDICIONAMENTO: ACONDICIONADO EM EM FRASCO REFORÇADO E APROPRIADO PARA O PRODUTO;ROTULAGEM: RÓTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDÊNCIA.	MV - 20415 SIAF - 465518 CGOV - 380609	GRAMA	500
27	FOSFATO DE POTÁSSICO; CATEGORIA MONOBÁSICO P.A.; KH2PO4; COM TEOR DE 99,5% - ANIDRO; ACONDICIONADO EM FRASCO DE PLÁSTICO APROPRIADO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PO; RÓTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE E FÓRMULA.	MV - 20416 SIAF - 557994 CGOV - 445252	GRAMA	500
28	IODETO DE POTASSIO; P.A.; EM PO; DOSEAMENTO MINIMO DE 99,5%; DE ACORDO COM ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FÓRMULA E PROCEDENCIA .	MV - 20417 SIAF - 1163264 CGOV - 353072	GRAMA	100

29	REAGENTE QUIMICO; L-LISINA MONOCLORIDRATO; CAS: 657-27-2; PA; PADRAO ACS; FORMULA MOLECULAR: C6H14N2O2.HCL; PESO MOLECULAR: 182.65 G/MOL; PUREZA MINIMA: 98%; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO EM PORTUGUES COM NUMERO DE LOTE E DATA DE FABRICACAO/VALIDADE; VALIDADE MINIMA: 2/3 DA VALIDADE DE FABRICACAO NA DATA DO RECEBIMENTO.	MV - 20559 SIAF - 4843401 CGOV - 370548	GRAMA	200
30	REAGENTE QUIMICO; FUCSINA BASICA; PA; C20H20ClN3; CORANTE; APRESENTADO EM PO; TEOR MINIMO DE 88%; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/DATA DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDENCIA; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.	MV - 20591 SIAF - 5435307 CGOV - 331021	GRAMA	100
31	PURPURA DE BROMOCRESOL; C21 H16 BR2 O5 S; EM PO; INDICADOR; COM INTERVALO DE VIRAGEM ENTRE PH 5,2 E 6,8; ACONDICIONADO EM FRASCO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO /VALIDADE/ COMPOSICAO E PROCEDENCIA. CAS115-40-2.	MV - 20597 SIAF - 2339307 CGOV - 327615	GRAMA	200
32	AGAR COLUMBIA CNA, MEIO SELETIVO PARA BACTERIAS GRAM POSITIVAS, MEIO DESIDRATADO, COM DIGERIDO PANCREATICO DE CASEINA 12,0 G/L, DIGERIDO PEPTICO ANIMAL 5,0 G/L, EXTRATO DE LEVEDURA 3,0 G/L, EXTRATO DE CARNE BOVINA 3,0 G/L, AMIDO DE MILHO 5,0 G/L, CLORETO DE SODIO 5,0 G/L, ACIDO NALIDIXICO 0,01 G/L, COLISTINA 0,01 G/L, AGAR BACTERIOLOGICO 13,0 G/L, COM SOLUCAO FINAL DE PH 7,3 +/- 0,2, DE ACORDO COM AS NORMAS ACS E CLSI, APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500G, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, COMPOSICAO E PROCEDENCIA.	MV - 20600 SIAF - 3823180 CGOV - 335778	GRAMA	500
33	AGAR NUTRIENTE; MEIO PARA USO EM MANUTENÇÃO DE MICRORGANISMOS; DESIDRATADO; COM CLORETO DE SÓDIO 8G/L; EXTRATO DE CARNE 3G/L; PEPTONA DE GELATINA 5G/L; AGAR BACTERIOLÓGICO 10 A 15 G/L; MEIO COM SOLUÇÃO FINAL DE PH 7,0+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; RÓTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDÊNCIA.	MV - 20601 SIAF - 1694502 CGOV - 326278	GRAMA	3000
34	CALDO TIOGLICOLATO; MEIO PARA USO EM TESTE DE ESTERILIDADE DE PRODUTO FARMACEUTICO, CULTURA DE AEROBIOS, ANAEROBIOS E MICROAEROFILOS; DESIDRATADO;	MV - 20602 SIAF - 1154214	GRAMA	500

	COM EXTRATO DE LEVEDURA 3G/L, PEPTONA DE CASEINA 15G/L; D (+) GLICOSE 5,5G/L, L-CISTINA 0,5G/L; CLORETO DE SODIO 2,5G/L, TIOGLICOLATO DE SODIO 0,5G/L; RESAZURINA SODICA 0,0001G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 0,75G/L; MEIO COM SOLUCAO DE PH FINAL DE 7,1+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCCLS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA.	CGOV - 326310		
35	CALDO SELENITO CISTINA; MEIO PARA USO EM DETECCAO DE SALMONELLA; DESIDRATADO; COM PEPTONA PANCREATICA DE CASEINA 5G/L; LACTOSE 4G/L; L-CISTINA 0,01G/L; FOSFATO DE SODIO DIBASICO 10G/L; SELENITO ACIDO DE SODIO 4G/L; MEIO DE SOLUCAO COM PH FINAL 7,0+/-0,2; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM FRASCO COM GRAMAS; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA;	MV - 20603 SIAF - 1701274 CGOV - 326308	GRAMA	500
36	MEIO DE CULTURA, PARA DNASE COM VERDE DE METILA, ENSAIO DETECCAO DA ATIVIDADE DE DESOXIRIBONUCLEASE; MEIO DE CULTURA DESIDRATADO, COM TRIPTOSE 20.0G/L; ACIDO DESOXIRIBONUCLEICO 2.0G/L, CLORETO DE SODIO 5.0G/L, AGAR 15.0G/L, VERDE DE METILA 0.05G/L, MEIO COM SOLUCAO PH FINAL 7.3+/-0.2, DE ACORDO COM NORMA ASC; CLSI, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/ VALIDADE E PROCEDENCIA.	MV - 20605 SIAF - 6108440 CGOV - 355734	GRAMA	100
37	PEPTONA BACTERIOLOGICA; MEIO PARA USO EM DIGO COMO SUPLEMENTO PARA MEIO DE CULTURA; PRODUTO DESIDRATADO; COM SOLUBILIDADE TOTAL EM AGUA; SOLUCAO FINAL (2%); MEIO COM PH ENTRE 6,8 E 7,5; DE ACORDO COM A NORMA ACS, NCCLS. REGISTRO NA ANVISA/MS; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO E REFORCADO PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO /VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA .	MV - 20758 SIAF - 721654 CGOV - 393126	GRAMA	500
38	AGAR SLANETZ E BARTLEY, PARA DETECCAO DE ENTEROCOCOS, MEIO DESIDRATADO, COM A SEGUINTE COMPOSICAO, TRIPTOSE 20 G/L, EXTRATO DE LEVEDURA 5 G/L, GLICOSE 2 G/L, FOSFATO DISSODICO 4 G/L, AZIDA SODICA 4 G/L, CLORETO TETRAZOLIO 0,1 G /L, AGAR BACTERIOLOGICO 10 G/L, COM SOLUCAO FINAL DE PH 7,2 +/- 0,2, DE ACORDO COM AS NORMAS ACS E CLSI, APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500G, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE, COMPOSICAO E PROCEDENCIA.	MV - 21329 SIAF - 3823164 CGOV - 326349	GRAMA	1000

39	MEIO DE CULTURA; PARA ISOLAMENTO DE CAMPYLOBACTER SP EM AMOSTRAS DE FEZES, MEIO DE KARMALI; ENSAIO PARA BACTERIAS GRAM NEGATIVAS; COM AGAR BASE COLUMBIA 39.0 G/L; CARVAO ATIVO 4.0 G/L; HEMINA 0,032 G/L; PH FINAL 7.4 +/- 0,2; MEIO COM SOLUCAO LIVRE DE SANGUE; DE ACORDO COM AS NORMAS TECNICAS; APRESENTAÇÃO FRASCO COM 500 G; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NUMERO DE LOTE, VALIDADE, DATA DE FABRICACAO E BULA.	MV - 22131 SIAF - 5752795 CGOV - 336287	GRAMA	500
40	AGAR BASE COLUMBIA; MEIO PARA USO EM ISOLAMENTO DE CULTIVO DE MICRORGANISMOS FASTIDIOSOS E NAO FASTIDIOSOS; MEIO DESIDRATADO; COM DIGESTO PANCREATICO DE CASEINA 12 G/L,DIGESTO PEPTICO DE TECIDO ANIMAL 5 G/L; EXTRATO DE LEVEDURA 3 G/L,EXTRATO DE CARNE 3 G/LAMIDO DE MILHO 1 G/L,CLORETO DE SODIO 5 G/L; AGAR BACTERIOLOGICO 13.5 G/L; ACONDICIONADO EM FRASCO APROPRIADO QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE,COMPOSICAO E PROCEDENCIA.	MV - 23006 SIAF - 2374838 CGOV - 326286	GRAMA	500
41	REAGENTE INORGÂNICO; HIDROXIDO DE SODIO PA, ACS; --; PARA ANÁLISES AMBIENTAIS; FÓRMULA: NAOH; PESO MOLECULAR 40.00 G/MOL; CAS 1310-73-2; PUREZA: > = 99%; --; LENTILHAS,ALTAMENTE HIGROSCÓPICAS; CARBONATO (NA2CO3): = < 1,0% CLORETO (CL): = < 0,001% FOSFATO (PO4): = < 0,0005%; SULFATO (SO4): = < 0,0005% NITROGÊNIO TOTAL (N):= < 0,0003% METAIS PESADOS (PB): = < 0,001%; POTÁSSIO (K): = < 0,020% MERCURIO (HG):= < 0,00001% NÍQUEL (NI): = < 0,0005%; --; VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES APÓS A ENTREGA DO PRODUTO; ROTULO COM NOME DO PRODUTO, GRAU DE PUREZA FÓRMULA QUÍMICA; NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, QUÍMICO RESPONSÁVEL NÚMERO DO LOTE, SIMBOLO DE PERICULOSIDADE; DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO; FRASCO COM 1000G; CERTIFICADO DE ANALISE QUE COMPROVE O GRAU DE PUREZA E DEMAIS REQUISITOS DA ESPECIFICAÇÃO; FICHA DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS FISPQ, CONFORME NBR 14725; IDENTIFICACAO DO PRODUTO QUÍMICO, CONFORME NBR 7500.	MV - 27660 SIAF - 3889149 CGOV - 378590	QUILOGRAMA	1
42	L-LISINA; MONOCLORIDRATO PARA FINS BIOQUIMICOS; C6H14N2O2. H2O; PO BRANCO CRISTALINO - SOLUBILIDADE MUITO EM AGUA; SOLUCAO LIMPIDA, INCOLOR E INODORA - DOSEAMENTO MINIMO 99%; LIMITES DE ACEITACAO AMONIO <0,01, AMINOACIDOS ESTRANHOS <0,3% - DE ACORDO COM NORMA ACS, NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULAE PROCEDENCIA.	MV - 27811 SIAF - 1489585 CGOV - 370546	GRAMA	500

43	UREIA P.A.; CH ₄ N ₂ O, PO BRANCO ASPECTO CRISTALIZADO, PONTO DE FUSAO 132 A 135 GRAUS CELSIUS SOLUBILIDADE EM AGUA A 20 GRAUS CELSIUS, 1080 G.L., CLORETO 5PPM, FERRO 0,001%, INSOLUVEIS 0,01%, METAIS PESADOS COMO PB 0,001%, ACONDICIONA DO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO,VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA.	MV - 27813 SIAF - 1396609 CGOV - 359223	GRAMA	500
44	MEIO DE CULTURA; PARA CULTIVO DE ESTREPTOCOCOS; CALDO TODD HEWITT; ENSAIO MICROBIOLÓGICO; COM COMPOSIÇÃO APROXIMADA DE: INFUSÃO DE CORACAO 3.1 G/L; PEPTONA 20 G/L; DEXTROSE 2 GR/L; CLORETO DE SÓDIO 2G/L; FOSFATO DISSODICO 0.4 G/L; CARBONATO DE SÓDIO 2.5 G/L; MEIO DESIDRATADO; MEIO COM SOLUÇÃO DE PH FINAL DE 7.8+/- 0.2; DE ACORDO COM NORMA ACS,NCCLS; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA PARA O PRODUTO; RÓTULO COM NR. DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE; COMPOSIÇÃO E PROCEDÊNCIA.	MV - 27869 SIAF - 1934236 CGOV - 326285	GRAMA	500
45	INSUMOS LABORATORIAIS; SANGUE DESFIBRINADO DE CARNEIRO; COM PROVA PREVIA DE ESTERILIDADE; PARA AGAR SANGUE; APRESENTADO EM FRASCO DE VIDRO APROPRIADO; ARMAZENAMENTO A TEMPERATURA DE 4 A 8 GRAUS C; CONFORME LEGISLACAO VIGENTE; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORCADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICACAO/DATE DE VALIDADE/PRAZO DE VALIDADE; PROCEDENCIA.	MV - 28292 SIAF - 5628016 CGOV - 329500	MILILITRO	200
46	REAGENTE QUÍMICO; CITRATO DE FERRO AMONICAL; P.A.; FÓRMULA MOLECULAR: C ₁₂ H ₂₂ FEN ₃ O ₁₄ ; PESO MOLECULAR: 488.16 G/MOL; APRESENTADO EM PO; PARA UTILIZACAO EM TÉCNICA DIAGNÓSTICA; CAS: 1185-57-5; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM REFORÇADA E APROPRIADA; QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; ROTULO CONTENDO NUMERO DE LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO/VALIDADE/PRAZO E PROCEDÊNCIA; CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	MV - 28314 SIAF - 5644410 CGOV - 348181	GRAMA	500

8.2. O histórico de consumo segue anexado a este ETP.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 46.131,41

9.1. O valor total estimado para a contratação é de: R\$ 46.131,41(Quarenta e seis mil, cento e trinta e um reais e quarenta e um centavos) e os preços unitários constam do Anexo I – Pesquisa de Preços.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala. Deste modo o disposto é aplicável na presente contratação, não se vislumbrando motivação para o não parcelamento do mesmo. A natureza dos materiais os torna divisíveis, deste modo garantindo um melhor aproveitamento dos produtos disponíveis no mercado e como consequência a ampliação da competitividade.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. A presente aquisição está baseada em pregões já realizados pelo HCFMB, cujo o objeto é similar ao pretendido, não havendo necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para o atendimento da necessidade do Laboratório Clínico.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. O Plano de Logística Sustentável deste órgão encontra-se em fase de elaboração, tendo sido consideradas as diretrizes básicas do tema para a realização deste estudo.

12.2. Esta contratação encontra-se pautada no desenvolvimento de políticas públicas de saúde, porquanto esta instituição é credenciada pelo Sistema Único de Saúde e contratualizada com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para realização de procedimentos de média e alta complexidade e, ademais, encontra-se alinhada com o Planejamento Estratégico da Instituição, visto que são materiais que visam aos atendimentos ambulatoriais, na emergência e nos leitos de internação do Hospital, levando em consideração, ainda, objetivos e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade.

12.3. Apresente contratação está conforme o plano de contratação anual nº 92501-35/2025.

13. Condições de Entrega

13.1. Nas compras de materiais de uso laboratorial efetuadas para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, a entrega do produto deverá ser feita no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, localizado na Avenida Professor Mario Rubens Guimarães Montenegro, Distrito Unesp Campus de Botucatu, Botucatu/SP, CEP 18618.687, de segunda a sexta do horário das 07:00 horas às 16:00 horas (não podendo ser entregues fora desses dias e horários e nem em feriados).

13.2. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da entrega, período no qual deverá ser verificada a adequação dos mesmos às especificações contidas no Termo de Referência e na proposta da Contratada.

13.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Edital e da proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante do termo circunstanciado.

13.5. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Sobretudo daqueles prejuízos advindos de defeitos dos gêneros, ocultos ou não aparentes na época da entrega.

13.7. Verificada a adequação do material, os mesmos serão recebidos definitivamente, momento no qual deverá ser atestada a Nota Fiscal.

13.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas em no máximo 24 (vinte e quatro) horas úteis, a contar do recebimento do empenho, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.9. Os materiais deverão ser transportados, entregues, e acondicionados adequadamente de acordo com as instruções do fabricante e na temperatura exigida para seu transporte, sob pena de devolução dos mesmos pelo Laboratório Clínico, com a imediata obrigação de substituição por lote diferente do apresentado inicialmente.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Os resultados pretendidos estão relacionados ao diagnóstico e atendimento do paciente, de modo a municiar a equipe com todas as ferramentas necessárias para o cumprimento de sua missão.

14.2. Com a aquisição dos materiais pretendidos, o Laboratório Clínico do HCFMB poderá prover apoio laboratorial com excelência aos usuários, bem como, terá em termos de economicidade, um melhor aproveitamento dos recursos financeiros.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada e o objeto, uma vez que o HCFMB já realiza a dispensação destes medicamentos.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Os resíduos de serviço de saúde (RSS), são compostos por diferentes frações geradas nos estabelecimentos de saúde, produtos químicos tóxicos, que, se não forem gerenciados de forma adequada, representam fontes potenciais de impacto negativo no ambiente e disseminação de doenças, podendo oferecer perigo aos trabalhadores e pacientes.

16.2. Deverão ser atendidos, quando aplicável, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

16.2.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2.

16.2.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

16.2.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

16.2.4. Os Critérios Ambientais não serão utilizados como mecanismo de desempate.

16.3. Por se tratar de aquisição de reagentes de laboratório, o armazenamento, manuseio e resíduos dos mesmos deve ser realizado de forma adequada, com vista a evitar a contaminação do solo, da água e ar. O HCFMB possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e mantém contrato com empresa especializada na coleta e na destinação adequada dos resíduos de serviço de saúde, para mitigar os possíveis riscos ambientais.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.2. Os estudos preliminares evidenciam que a aquisição pretendida, visando atender as demandas do HCFMB, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Segue Estudo Técnico Preliminar para indicação de dotação orçamentária

CEZAR REIS DA SILVA

Equipe de apoio

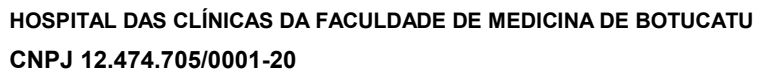


Assinou eletronicamente em 02/04/2025 às 15:58:51.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

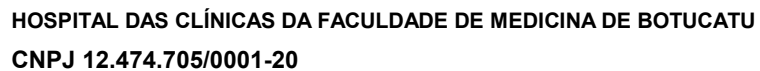
- Anexo I - Historico de consumo.pdf (201.09 KB)



07/03/2025

Pag.1

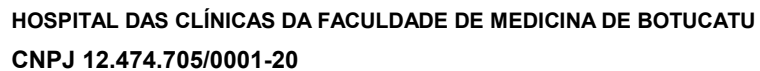
[illegible]



07/03/2025

Pag.2

[illegible]



07/03/2025

16:07

Pag.3

Nº Solicitação: 215016

[illegible]